



Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: perspectivas da Bioética de Intervenção e do Interacionismo Simbólico

Patrícia Alves Paiva

Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-6565-0587>

Thiago Rocha da Cunha

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-6330-2714>

Carla Silvana de Oliveira e Silva

Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-2752-1557>

Yan Lucas Ferreira Martins

Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-1275-7284>

Marcos Aurélio Trindade

Universidade Nove de Julho, São Paulo, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-1847-5066>

Orlene Veloso Dias

Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-9017-7875>

Introdução

A vulnerabilidade humana abrange inúmeras dimensões e interseccionalidades – incluindo aspectos sociais, econômicos, biológicos, ambientais, estruturais, programáticos, culturais, morais e espirituais –, o que a torna uma condição importante a ser considerada de forma interdisciplinar na formulação de políticas públicas, especialmente quando voltadas às infâncias e juventudes (FONSECA; RODRIGUES; SILVA, 2013; REZENDE; CAPPELLARI; PAGANI, 2022). Embora a raiz etimológica da palavra vulnerabilidade (*vulnus/ferida/sofrimento*) indique como elemento central certa concepção de fragilidade, suscetibilidade ao sofrimento ou risco ao dano, seus usos e aplicações podem variar substancialmente em diversos campos do conhecimento e práticas profissionais.

Conforme observaram Cunha e Garrafa (2016), em um estudo comparativo sobre concepções de vulnerabilidade na Bioética, produzido em diferentes continentes, a produção estadunidense, por exemplo, entende a vulnerabilidade como uma característica passível de eliminação mediante o devido respeito à autonomia. Já na Bioética europeia, a vulnerabilidade é compreendida como uma condição existencial ou ontológica, constituindo-se como uma base fundamental da própria experiência humana. No contexto da América Latina, por sua vez, a vulnerabilidade está profundamente vinculada à sua dimensão social, manifestando-se, sobretudo, nas desigualdades socioeconômicas entre os diversos segmentos da população. Essas desigualdades influenciam diretamente o modo como determinados grupos se tornam – injustamente – mais vulnerabilizados do que outros, como demonstram estudos sobre políticas públicas (CUNHA; GARRAFA, 2016).

No Brasil, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), cujo principal objetivo é garantir um cuidado completo à saúde infantil, aborda a vulnerabilidade de crianças e adolescentes de forma abrangente, indicando ações que vão desde a gestação até as etapas do desenvolvimento infantil. Entre suas diretrizes centrais, destaca-se o fomento à autonomia no cuidado e à corresponsabilidade da família (BRASIL, 2015).

Conforme apontam Dessen e Polonia (2007), a família é formada por complexas relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão submetidas nas circunstâncias materiais, históricas e culturais da sociedade. Para crianças e adolescentes, o espaço familiar pode ser paradoxalmente vivenciado como local de proteção ou de vulneração de seus membros. Isso ocorre porque, embora a família seja, muitas vezes, o espaço onde acontecem a maior parte dos abusos sexuais contra pessoas vulneráveis, é também nela que se encontram importantes redes de apoio, proteção e cuidado para seus membros fragilizados (CUNHA et al., 2023).

Considerando a interseção entre vulnerabilidade social de crianças e adolescentes e suas relações no ambiente familiar, este estudo, de natureza qualitativa, buscou compreender os sentidos e significados que pessoas de diferentes ciclos de vida familiar atribuem à vulnerabilidade de crianças e adolescentes.

Os participantes, residentes em territórios com alto Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), foram distribuídos de acordo com diferentes fases do ciclo familiar, com base na definição clássica proposta por Carter e McGoldrick (1995), aqui compreendida a partir de uma perspectiva inclusiva, que considera tanto famílias heterossexuais quanto homoafetivas. Esses ciclos são: 1) jovem não casado; 2) pessoa com filho/a pequeno/a; 3) pessoa morando com filho/a adolescente; 4) pessoa cujo filho/a deixou o lar; e 5) pessoa idosa que reside com parentes ou sozinha.

Desse modo, a pesquisa buscou responder à seguinte questão: como pessoas em diferentes ciclos de vida familiar compartilham sentidos e significados sobre a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes?

A abordagem teórica do estudo se ancora no Interacionismo Simbólico (IS) de Herbert Blumer, a qual estabelece que a sociedade humana se compõe de indivíduos que agem de acordo com os sentidos construídos em processos interpretativos no contexto de relações sociais (BLUMER, 1980).

A abordagem prescritiva está ancorada no campo da Bioética, especialmente na proposta da Bioética de Intervenção (BI), que analisa conflitos éticos relacionados a macro conflitos sociais a partir de um compromisso ético-político com o combate às desigualdades e opressões que afetam os grupos mais vulnerabilizados (GARRAFA; PORTO, 2002; GARRAFA, 2005a; GARRAFA, 2023).

Com esse enfoque interdisciplinar, o estudo espera lançar luz sobre os conflitos éticos que afetam crianças e adolescentes, a partir de uma problematização aprofundada de como tais conflitos são percebidos no cotidiano das interações sociais de um grupo de pessoas entrevistadas que vive em territórios com alto Índice de Vulnerabilidade Social.

Ao mesmo tempo, espera-se contribuir para a construção de perspectivas teóricas, metodológicas e normativas interdisciplinares que atuem sobre as causas globais da produção e reprodução da vulnerabilidade social que afeta crianças e adolescentes.

Metodologia

Esta pesquisa qualitativa, realizada com pessoas em situação de vulnerabilidade em diferentes estágios de ciclo familiar, fundamenta sua abordagem metodológica no Interacionismo Simbólico (BLUMER, 1980), enquanto sua abordagem teórica se apoia nos referenciais da Bioética, especialmente da Bioética de Intervenção (GARRAFA, 2023). O estudo foi conduzido em serviços de saúde e domicílios localizados no território adstrito à unidade, em Montes Claros, município situado ao norte de Minas Gerais. Buscou-se identificar, a partir de uma abordagem aleatória de dezessete usuários do SUS, residentes em territórios vulneráveis, como normas, valores e crenças sobre a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes são percebidos por familiares de diferentes estágios de vida.

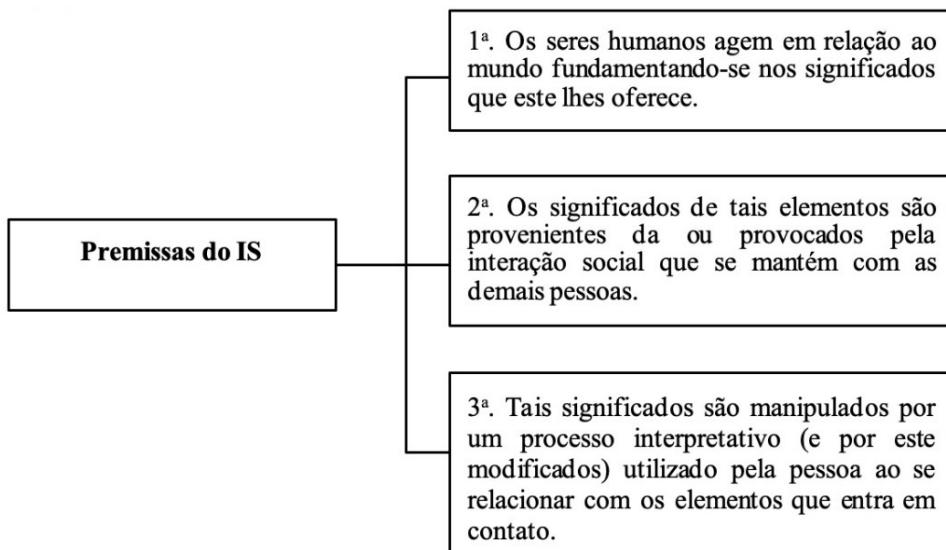
A amostra foi composta por familiares em diferentes ciclos de vida familiar, conforme o modelo de Carter e McGoldrick (1995), ampliado neste estudo para incluir eventuais configurações familiares homoafetivas ou diversas. Os ciclos considerados foram: 1) jovem não casado; 2) pessoa com filho/a pequeno/a; 3) pessoa morando com filho/a adolescente; 4) pessoa cujo filho/a deixou o lar; e 5) pessoa idosa que reside com parentes ou sozinha.

A coleta dos dados foi realizada entre os meses de janeiro e junho de 2022, na unidade, por uma doutoranda, duas acadêmicas do curso de Medicina e um acadêmico do curso de Enfermagem, todos sob supervisão de uma pós-doutoranda em Bioética. As entrevistas tiveram a duração média de 30 a 40 minutos. Os pesquisadores se subdividiram em diferentes áreas de vulnerabilidade social e realizaram as entrevistas.

Na unidade de saúde, buscou-se o contato com a enfermeira responsável pela equipe, que selecionou, a partir do IVS (Índice de Vulnerabilidade Social), famílias em situação de vulnerabilidade social. Em seguida ao convite e à receptividade, após o esclarecimento dos objetivos do estudo, os pesquisadores investigaram os aspectos sociais e demográficos das famílias por meio de um questionário e de um roteiro de entrevista semiestruturada. Além disso, utilizou-se um diário de campo para registro de observações e de reflexões dos pesquisadores.

O roteiro que orientou a interação com os participantes contemplou algumas indagações, dentre elas: *como você percebe a sua família? Fale sobre o que significa família para você; quais são as dificuldades e riscos para sua família? Fale sobre os riscos e dificuldades para o bem-estar da sua família na comunidade onde mora; de que modo você percebe a realidade das crianças e dos adolescentes na comunidade onde você mora?* As entrevistas foram encerradas após a saturação dos dados (NASCIMENTO et al., 2018). Para a interpretação das falas dos participantes, utilizou-se a abordagem do IS, fundamentada em três premissas, conforme apresentado a seguir (Figura 1):

Figura 1: As três premissas do interacionismo simbólico na perspectiva de Herbert Blumer



Fonte: BLUMER (1980).

Adotando um dos suportes de organização e análise de dados mais utilizados no Interacionismo Simbólico (CARTER; ALVARADO, 2019), foram seguidas as orientações da técnica de Análise de Conteúdo (AC), estruturada em torno de três polos cronológicos: a pré-análise, a análise do material e o tratamento dos resultados, seguido da inferência e a interpretação (BARDIN, 2016).

As entrevistas foram gravadas com o uso de um smartphone e transcritas na íntegra. Em seguida, o conteúdo foi lido cuidadosamente por duas pesquisadoras, com rigor na identificação de elementos que expressassem significados latentes e manifestos relacionados à vulnerabilidade.

As transcrições foram sistematizadas e interpretadas, resultando na identificação de nove códigos: 1) ajuda comunitária; 2) desafios na comunidade; 3) emoções e problemas sociais; 4) gênero e papéis de gênero; 5) problemas sociais; 6) relacionamentos interpessoais; 7) relações familiares; 8) resiliência e 9) rotina diária. Esses códigos foram

confrontados com os registros do diário de campo (organizados após cada entrevista) e, obedecendo ao consenso entre os pesquisadores, foram agrupados por semelhança de conteúdo. A partir desse agrupamento, emergiram temas e/ou aspectos que fundamentaram a definição de três categorias temáticas, que serão descritas nos resultados.

Para a realização deste estudo, seguiram-se os procedimentos ético-legais, conforme a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012). Os nomes apresentados neste estudo são de caráter fictício e não correspondem a indivíduos ou entidades reais. Esses nomes foram utilizados exclusivamente com fins ilustrativos, visando preservar a confidencialidade e a integridade dos dados analisados. Obteve-se a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica PUC-PR - Parecer nº 5.134.533.

Resultados e discussão

Conforme mencionado, esta pesquisa contou com dezessete participantes, dos quais quinze se identificaram com o gênero feminino e dois com o gênero masculino. Em relação à faixa etária, um participante estava entre 18 e 25 anos, quatro entre 26 e 35 anos, quatro entre 36 e 45 anos, cinco entre 46 e 60 anos e três acima de 60 anos. Quanto ao ciclo de vida familiar, três se apresentaram como jovens não casados, cinco eram pessoas vivendo com filhos pequenos, quatro vivendo com filhos adolescentes, três já haviam vivenciado a saída dos filhos de casa e dois eram idosos. No que se refere à escolaridade, um participante afirmou não ter estudado, onze informaram não ter concluído o ensino fundamental, quatro concluíram o ensino médio e apenas um tinha ensino superior, incluindo uma pós-graduação. Quanto à situação de emprego, boa parte estava desempregada (sete), quatro informaram exercer atividades domésticas no cuidado com a casa, enquanto seis participaram informaram exercer atividade remunerada.

Seguindo as orientações das interfaces entre a ancoragem teórica-metodológica no Interacionismo Simbólico e a técnica de Análise do Conteúdo (CARTER; ALVARADO, 2019), o material produzido foi organizado, e as falas convergentes foram agrupadas em unidades de registro. A partir dessa sistematização, evidenciaram-se três unidades temáticas com suas respectivas categorias: *Percepção dos significados e influência da família sobre o meio social* – discute como interações familiares moldam e são moldadas pelo contexto social mais amplo, configurando-se como espaços tanto de proteção quanto de vulneração; *Interação social com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social* – analisa as relações estabelecidas diretamente entre os participantes do estudo e crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; e a *vulnerabilidade social de crianças e adolescentes observada a partir das experiências vividas no cotidiano* – permite evidenciar elementos da percepção indireta sobre a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes no cotidiano dos participantes em seus territórios.

Essas unidades foram discutidas a partir da perspectiva de conflitos bioéticos, em suas dimensões macro e micro, que envolvem a percepção dos participantes diante do tema deste estudo, com foco em uma reflexão tanto descritiva quanto prescritiva, fundamentada na abordagem da Bioética de Intervenção.

As categorias são apresentadas com ênfase nos significados atribuídos pelos participantes, considerando que as ações individuais e coletivas são construídas a partir das interações entre pessoas em diferentes estágios do ciclo de vida familiar, inseridas no contexto social ao qual pertencem.

1) Percepção dos significados e influência da família sobre o meio social

Nos relatos analisados nesta categoria, a partir de elementos do referencial interacionista, percebeu-se que a construção simbólica sobre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social varia conforme as interações intrafamiliares e extrafamiliares durante diferentes ciclos de vida familiar. Do ponto de vista da Bioética de Intervenção, percebeu-se que a interação entre indivíduos, família e território é marcada por conflitos relacionados às vulnerabilidades de crianças e adolescentes, evidenciando a necessidade de intervenções pautadas em uma dimensão concreta, política e geopolítica.

Corroborando a revisão sobre vulnerabilidades familiares realizada por Cunha et al. (2023), neste estudo a família foi percebida como um espaço tanto de proteção quanto de vulneração de crianças e adolescentes. A perspectiva da participante Vitória, por exemplo, apontou para a família como espaço de suporte: “A família é a base, é onde a gente tá sempre em comunhão, um ajudando o outro, um levantando o outro”. No mesmo sentido, Vanessa afirma: “Família pra mim é tudo! É tudo o que eu tenho. Graças a Deus eu tenho uma família muito unida, minha família qualquer probleminha a gente se resolve entre si; muitas brigas, né? Acho que família sem briga não é família”.

O ponto de vista ético sobre a construção de significados nas relações familiares deve questionar até que ponto a naturalização da família como espaço de muitas brigas e conflitos contribui para manter o ambiente doméstico como o local onde ocorre parte importante das violências e abusos contra crianças, adolescentes e outros membros vulneráveis (MACHADO et al., 2014). Por outro lado, o participante Júnior compartilhou percepções mais abrangentes sobre a própria constituição familiar, pontuando que “Família pra mim, ela não precisa ser carnal, ser de sangue. Família é aquilo que você tem dentro de sua casa né?! Você convive no dia a dia”.

Quanto aos ciclos familiares, observou-se que a família foi mais frequentemente idealizada como um espaço de suporte entre participantes jovens casados, em comparação às demais fases do ciclo de vida, nas quais emergiram relatos marcados por desafios estruturais no ambiente familiar, como o uso de drogas, a violência doméstica e dificuldades de subsistência.

Eu tô com um filho mais velho que tá preso, por questão de vício e tudo, sabe? E ele tá preso. Tá agora há quatro meses pra frente ele deve sair. Mas eu, é uma questão que eu tenho passado muito difícil, porque meus filhos eles entraram numa situação dessa que... se tornou muito difícil para poder lidar

A participante Luísa compartilhou de forma explícita alguns aspectos vulnerabilizantes sobre a prisão e vício de seu filho mais velho, situação que ocasionou sofrimento e dificuldades tanto para ele quanto para toda a família. O tema das drogas, conforme será verificado nas categorias seguintes, aparece como elemento significativo em diferentes relatos, indicando uma associação simbólica significativa, na percepção dos participantes, entre vulnerabilidade social, crianças e adolescentes, e o envolvimento com drogas em territórios com alto Índice de Vulnerabilidade Social.

As entrevistas revelam também desigualdades relacionadas aos papéis de gênero e como as interações entre esses papéis influenciam as dinâmicas familiares, tal como ilustram as experiências das jovens mãe solas Maria e Luísa, que assumem sozinhas as angústias e responsabilidades de criar os filhos, enquanto os pais estão ausentes de suas responsabilizações.

Dos pais? Meio a meio, ausentes. Tem uns bem dedicados, outros que só querem saber se o menino tá bem se tá bem, se comeu, não está doente, tá ótimo, não precisa conversar, não precisa passear, não precisa cuidar, quem tem que cuidar é a mãe. A mãe tá aí é pra isso.

Tem, tem eu mantendo a casa, eu faço isso, faço aquilo, apesar que hoje a maioria das mulheres trabalham neh. Então, mas mesmo assim eles acham que essa função é da mãe.

De fato, a sobrecarga no cuidado monoparental pela mulher, especialmente no contexto de duplas e triplas jornadas de trabalho, reflete desigualdades que são perpetuadas por relações históricas em contextos machistas e patriarcais, como aquele que caracteriza a construção do arcabouço jurídico e institucional brasileiro (BORGES, 2023).

Frente a essa dimensão de vulnerabilidade social evidenciada neste estudo, podem ser resgatados aspectos normativos da BI, que propõe uma abordagem crítica a essas dinâmicas, destacando a necessidade de políticas que promovam a equidade de gênero e o empoderamento das mulheres (GARRAFA, 2023). Nesse sentido, ao expressar outra nuance das contradições que marcam este espaço, a família é apresentada como um local onde as desigualdades de gênero são reproduzidas, mas que também pode ser espaço de questionamento e transformação.

Assim, a percepção dos significados atribuídos à família, conforme analisado, considera as condições materiais, as redes de apoio comunitário e o papel do Estado, uma vez que esses fatores afetam diretamente a capacidade das famílias de oferecer suporte adequado a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A esse respeito, Garrafa (2005b; 2023) destaca que, do ponto de vista do exercício da cidadania, a justiça não pode ser reduzida a uma concepção jurídica formal e legalista; ela deve estar relacionada à justiça social e ao combate às desigualdades estruturais.

Os dados apresentados nesta categoria, organizados a partir da triangulação entre o problema, o Interacionismo Simbólico e a Bioética de Intervenção, exemplificam que os significados de família são construídos na interação social e podem ser ressignificados de acordo com as condições vividas. Essas construções são fortemente determinadas por relações contraditórias, situando-se entre experiências de vulneração e de proteção de crianças e adolescentes, e configurando conflitos bioéticos urgentes, que demandam intervenção pública e coletiva para sua remediação.

2) Interação social com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social

Assim como foi observado nas interações familiares analisadas a partir das histórias de vida dos próprios participantes, os relatos desta categoria indicam que a interação entre crianças e adolescentes e os sujeitos do estudo — residentes em territórios marcados pela vulnerabilidade social — também é percebida de forma ambivalente, podendo representar tanto um fator de proteção quanto de vulneração. Enquanto dois participantes, por exemplo, descreveram o bairro como um espaço relativamente seguro,

onde a comunidade, ainda que de modo informal e precário, se organiza para garantir um ambiente seguro para as crianças, a maioria expressou preocupações com a exposição de crianças e adolescentes a ambientes de risco, violência e negligência parental.

Olha, como eu moro num bairro, eu não vou falar que é elitizado, mas que todo mundo tem uma condição razoável, a condição é muito boa, as crianças brincam junto na rua, que é uma coisa rara. Se você for umas 5:00 horas na minha rua você vai ver no mínimo umas dez crianças praticamente da mesma faixa de idade brincando de bicicleta de bola, na rua e os vizinhos respeitam porque sabem que esse é o horário da criança, quem chega de carro já vem devagarzinho pensando até no filho dele que tá ali brincando também.

Ah, risco, risco, ah, risco eu acho que é em todo lugar né?! Igual de envolver com coisa errada né?! É, largar estudo, “essas coisa tudo”, sabe?! Me dá muito medo. E assim, dificuldade, no bairro? Ah, acho que até que ‘num’ tem porque assim, eu ‘num’ acho, porque tem tudo perto né?! Tem posto, tem escola, tudo perto, mas acho que é só isso mesmo.

A falta de espaços de lazer e educação de qualidade, considerado elemento de risco fundamental para a constituição das juventudes (SEBENELLO; KLEBA; KEITEL, 2016), foi apontada por participantes como um problema para a segurança e o bem-estar infantil. Jussara, ao descrever seu território, informa: “aqui no bairro não tem esporte, não tem lazer, não tem nada”.

A participante Maria, por sua vez, destacou a necessidade de políticas públicas que assegurem condições básicas de vida. Ela relatou que precisou se submeter a trabalhos de risco para garantir alimentação para seus filhos: “Subi na escada para limpar caixa d’água em troca de um pacote de arroz e 10 reais. Arrisquei minha vida, mas precisava”.

Já a precariedade dos serviços públicos foi apontada como uma das principais dificuldades encontradas por Vanessa em seu território: “Dificuldade é acesso à saúde, à lazer. A gente tem que pegar um Uber para ir para longe”.

É importante destacar que, sob uma perspectiva crítica da BI em relação à economia de mercado (PORTO; GARRAFA, 2005), a precariedade dos sistemas públicos não é compreendida por uma suposta ineficiência da gestão estatal, mas de uma violenta e diária campanha de redução dos gastos sociais do Estado, em favor de gastos com o mercado financeiro. A categoria da emancipação social, também adotada no referencial, auxilia a compreender as dinâmicas observadas, uma vez que denuncia as relações de opressão, a falta de acesso a direitos básicos e propõe estratégias para fortalecer a verdadeira autonomia – a libertação – dos indivíduos vulnerabilizados.

Na atualização da Bioética de Intervenção apresentada por Garrafa (2023), o conceito de libertação na perspectiva Freiriana é considerado ferramenta essencial para superar não apenas os conflitos bioéticos persistentes, mas para auxiliar na transformação de toda a matriz moderna e colonial – especialmente em sua expressão capitalista e neoliberal – que atravessa, de modo transversal, a vida de todos, com especial prejuízo aos mais vulneráveis.

No contexto da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes, isso significa que, além de denunciar as condições de risco e desproteção, é fundamental criar espaços de acolhimento e promoção do protagonismo juvenil. Trata-se de garantir que crianças e adolescentes tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento e participação ativa

na sociedade, de modo que possam, de fato, se libertar das condições de opressão e exclusão social. Neste sentido, a participante Luísa, por exemplo, sugere que projetos comunitários, como cursos e atividades culturais, podem ajudar os jovens a desenvolverem habilidades e a construírem um futuro positivo, reproduzindo, a seu modo, a ideia central do IS de que interações sociais moldam as percepções dos jovens sobre seu próprio futuro (BLUMER, 1980).

Tem muita criança e não tem muita criança aí que elas precisam de um... centro que dê apoio, que tipo assim, que dê cursos, que tem coisas atividades que façam esquecer evoluir ver a vida de uma forma diferente.

Em síntese, diante da realidade apresentada, é necessário questionar os impactos da ausência de referências críticas que possibilitem às pessoas que vivem em territórios com alto Índice de Vulnerabilidade Social compreender as dinâmicas de suas próprias vulnerações. Também é fundamental refletir sobre a presença de influências alienantes, sustentadas por um arcabouço ideológico que naturaliza os estados de vulnerabilidade social.

3) A vulnerabilidade social de crianças e adolescentes observada a partir das experiências vividas no cotidiano

Nesta categoria, as interações revelam que a percepção da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes que não convivem no ambiente familiar dos participantes, mas que são observadas em suas experiências cotidianas no território, também é marcada por elementos complexos, articulados em diferentes níveis de interações. Do ponto de vista do Interacionismo Simbólico, neste estudo, os significados atribuídos a essas vulnerabilidades pelos participantes podem ser compreendidos como construídos por meio de interações sociais diretas e indiretas no território. Já a Bioética de Intervenção permite compreender como essas percepções se relacionam com questões ético-políticas que demandam a atuação das diferentes áreas da sociedade.

Enquanto nas categorias anteriores a temática das drogas apareceu como uma preocupação com crianças e adolescentes nos contextos das relações familiares e da convivência direta, neste terceiro e último tópico, as drogas aparecem como o principal elemento associado à percepção indireta da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes, tal como vivenciada pelos participantes em seu cotidiano.

Os relatos indicam como o envolvimento com drogas é percebido tanto como causa quanto como consequência de vulnerabilidades sociais. Mariana compartilha, por exemplo: “tem muita gente desse bairro que passa por muita dificuldade [...] eu conheço uma moça em nosso bairro mesmo que usa droga, o fato dela usar droga meio, o dinheiro dela vai pra droga e os filhos dela fica com fome. Os filhos dela fica na rua até meia noite”. A participante Luísa exemplifica esta complexidade ao relatar que seu filho está preso devido ao envolvimento com drogas: “Meus filhos entraram numa situação de vício, e foi muito difícil sair disso”.

A respeito desse tema, é importante pontuar que, sob a perspectiva da Bioética de Intervenção, o debate sobre drogas e vulnerabilidade social deve ter como elemento central justamente os macroproblemas éticos, como os racismos, as desigualdades, as violências policiais e do crime organizado, a exposição ao tráfico, entre outros aspectos que se reduzem a uma visão restrita e moralizante, focada em supostas escolhas e

decisões individuais. Nesse sentido, a BI reforça que vulnerabilidade não é apenas uma questão relacionada a um suposto princípio universal da autonomia, mas é, sobretudo, reflexo de uma injustiça estrutural, derivada de um modelo econômico e de uma matriz colonial que se perpetuam por meio da expansão das desigualdades, incluindo o racismo e a pobreza (GARRAFA, 2005a; GARRAFA, 2023).

A precariedade dos serviços públicos e a ausência de equipamentos sociais emergiu, novamente, como elemento significativo nas narrativas compartilhadas sobre vulnerabilidade social no cotidiano de seu território, tal como aponta Vanessa: “Aqui mesmo, eu acho que dificuldade é acesso para essas coisas de lazer que a gente não tem; um posto de saúde mais perto que é muito longe”. Essa dimensão estrutural da vulnerabilidade se articula com experiências pessoais de privação, como relata Joana: “[...] o dentista é muito, tem hora que a gente não tem condição de pagar. Aí vai ficando é hoje, é amanhã e por aí num cuida da saúde da gente”.

Essas vivências revelam também como a vulnerabilidade social se manifesta por meio de diferentes formas de violência intrafamiliar, sendo a responsabilidade masculina em casos de abandono e violência novamente apresentada como uma preocupação central: “o pai dos quatro, a gente separou, eu morei com ele oito anos, a gente separou, não deu certo né?! Ele era muito, me batia, fazia essas coisa errada”. Similarmente, Maria expõe a situação de abandono paterno: “O pai desse pequeno mesmo foi embora quando ele tinha 9 meses; eu que se virei nos 300... nunca me deu uma bala pro filho dele”.

No entanto, é preciso ter cautela para não reproduzir visões reducionistas sobre o debate que atribui a vulnerabilidade apenas às escolhas individuais dos homens, destacando a necessidade de, sob um olhar crítico quanto às determinações geopolíticas e econômicas, definir políticas públicas que ofereçam alternativas concretas para todas e todo, como acesso à educação, cultura e capacitação profissional.

A análise das narrativas também revela tensões entre diferentes percepções sobre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Alguns participantes expressam visões estigmatizantes, como exemplifica Joaquina: “As crianças são assim, muito danadinhas, quer ficar só na rua. Você indo para o cabresto e eles querem ficar na rua. E rua sempre traz o que não presta, né?”. Por outro lado, participantes como João apresentam uma visão mais contextualizada: “Aqui é bem complicado pra todo mundo, né? Mas assim, eu acho que os pais estão se mantendo eles próprios com as condições que, graças a Deus, não sente abuso da vizinhança”.

Essa diversidade de perspectivas pode ser compreendida, a partir da abordagem interacionista, como resultado de diferentes processos de construção de significados nas interações sociais. Ao mesmo tempo, a abordagem da Bioética de Intervenção permite identificar como essas percepções são influenciadas por estruturas mais amplas de poder e dominação, incluindo o que se denomina *colonialidade da vida* – mecanismo que hierarquiza diferentes formas de existência e justifica processos de exclusão social a partir de uma persistência de diversas formas de racismos e dominações raciais (NASCIMENTO, GARRAFA, 2011).

O conceito de *colonialidade da vida*, assimilado pela BI, ajuda a compreender como certas populações são sistematicamente subalternizadas dentro do sistema-mundo moderno e colonial, processo que pode ter se manifestado neste estudo por meio de leituras estigmatizantes que alguns participantes expressam sobre situações cotidianas de crianças e jovens em situações de vulnerabilidade social.

Usa suas coisas, (drogas) mas não perturba ninguém, fica nas esquinas, aí o povo fala assim, mas você aceita na sua esquina da sua casa? Mas é uma pessoa que a hora que você precisa tá do lado seu, mais do que uns que não usa, o dia que minha mãe arruinou, eu tenho muita consideração, pra um menino aqui, um rapazinho, chamei não vinha ninguém, veio uma mulher só do cachorro quente e ajudou, veio esse rapazinho pegou mãe, colocou dentro do carro e falou “oh dona Sandra, qualquer coisa que tiver, pode chamar nós aqui” então eles ajudam entendeu?

No relato acima a participante menciona que os jovens de sua comunidade são frequentemente associados ao uso de drogas e à criminalidade, mas, ao mesmo tempo, reconhece que são pessoas solidárias e dispostas a ajudar. Tal contradição revela a necessidade de uma abordagem cautelosa, que vá além do julgamento moral, a fim de evitar aquilo que Sanches, Mannes e Cunha (2018) denominaram *vulnerabilidade moral* – isto é, um tipo de vulnerabilidade que emerge a partir de julgamentos e rótulos morais. Esse tipo, mais sutil do que outras formas, é particularmente difícil de identificar e superar, pois sua reprodução tende a estar em consonância com os valores dominantes em determinado contexto.

A análise das entrevistas evidencia, portanto, que a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes é percebida pelos participantes através de múltiplas dimensões que se entrelaçam no cotidiano: desde questões estruturais, como a precariedade dos serviços públicos, até problemas familiares relacionados ao uso de drogas, violência, abandono e racismo estrutural. As interações simbólicas construídas com os participantes neste estudo indicam a necessidade de políticas públicas que vão além de intervenções pontuais, buscando transformações mais profundas nas condições que produzem e reproduzem essas vulnerabilidades.

Considerações finais

Esta pesquisa investigou como pessoas em diferentes ciclos de vida familiar constroem sentidos e significados sobre a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes, a partir da interseção entre o Interacionismo Simbólico e a Bioética de Intervenção. Com base nos resultados encontrados e discutidos, é possível reafirmar que a vulnerabilidade não é apenas uma condição ontológica ou individual, mas sim um fenômeno socialmente construído e perpetuado por dinâmicas familiares, comunitárias e estruturais, que afetam particularmente as crianças e adolescentes. A abordagem combinada do IS e da BI permitiu compreender, assim, tanto as interações simbólicas que moldam essas percepções quanto as dimensões ético-políticas que as estruturam, indicando perspectivas normativas para sua superação.

O estudo identificou que a família se configura simultaneamente como um espaço de proteção e vulnerabilidade, variando conforme os contextos e experiências individuais. Enquanto algumas pessoas participantes descreveram a família como um ambiente de suporte, outras relataram experiências marcadas pela violência, pelo abandono e pela precariedade econômica. A desigualdade de gênero também se destacou como um fator de vulnerabilidade social, evidenciado especialmente pela sobrecarga das mulheres nas tarefas de criação e proteção dos filhos, frequentemente sem a corresponsabilização paterna.

No contexto da interação social com crianças e adolescentes, o estudo revelou percepções ambivalentes sobre a comunidade como espaço de acolhimento ou risco. Enquanto alguns participantes relataram que, apesar da precariedade das políticas públicas, a comunidade se organiza para oferecer proteção às crianças, outros enfatizaram que a ausência de espaços de lazer e a falta de acesso a serviços básicos contribuem para a exposição de crianças e adolescentes a situações de risco. A relação entre vulnerabilidade social e envolvimento com drogas foi um tema recorrente, sendo compreendido tanto como causa quanto como consequência da precarização social. Os referenciais da Bioética de Intervenção forneceram, neste sentido, um olhar crítico, permitindo ressaltar que a criminalização da juventude vulnerável não resolve o problema, mas agrava desigualdades, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à emancipação e à inclusão social.

Além das interações diretas, o estudo também revelou percepções indiretas da vulnerabilidade infantil nos territórios dos participantes, manifestadas no cotidiano e, muitas vezes, permeadas por narrativas estigmatizantes. Algumas falas indicaram que crianças e adolescentes vulneráveis são vistos como “desviantes”, reproduzindo discursos que naturalizam a desigualdade e responsabilizam os próprios indivíduos por suas condições. A Bioética de Intervenção, mais uma vez, contribuiu para a problematização dessas percepções, ao destacar que vulnerabilidade não deve ser compreendida apenas como uma falta de autonomia, mas como um reflexo da injustiça estrutural e da persistência de hierarquias sociais e coloniais. A noção de *vulnerabilidade moral*, também discutida na literatura de Bioética, ajudou a compreender como determinadas representações reforçam processos de exclusão e marginalização, o que torna ainda mais desafiadora a superação das desigualdades e vulnerabilidades que afetam crianças e adolescentes em seus territórios.

Por fim, concluiu-se que vulnerabilidade social não é uma condição fixa, mas uma construção social e política que pode ser transformada. A intersecção entre o Interacionismo Simbólico e Bioética de Intervenção permite compreender que os sentidos atribuídos à vulnerabilidade são forjados em interações sociais e, ao mesmo tempo, atravessados por estruturas de poder que perpetuam desigualdades. Assim, em vez de compreender a vulnerabilidade apenas como uma condição passiva, é necessário ressignificá-la a partir de um compromisso ético-político orientado pela justiça social. Políticas públicas emancipatórias são fundamentais para romper com ciclos de vulneração e garantir que crianças e adolescentes tenham acesso a oportunidades reais de desenvolvimento, autonomia e participação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BLUMER, H. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, C. (Ed.). **Teoria da comunicação: textos básicos**. São Paulo: Mosaico, 1980.

BORGES, L. Mãe solteira não, mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**, v. 1, p. 1-23, 202. 3

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, 6 ago. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 dez. 2012. Seção 1, p. 59.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. 2. ed. Tradução de Veronese MAV. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1995.

CARTER, M. J.; ALVARADO, A. M. Symbolic interactionism as a methodological framework. LIAMPUTTONG, P. (Ed.). In: **Handbook of research methods in health social sciences**. 1. ed. Singapore: Springer, 2019. p. 169-187.

CUNHA, T. R. da; GARRAFA, V. Vulnerability: a key principle for global bioethics? **Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics**, Cambridge, v. 25, n. 2, p. 197-208, 2016.

CUNHA, T. R. da et al. A família como espaço de proteção e de vulneração: revisão integrativa da literatura a partir do campo da Bioética. **Cadernos de Pedagogia Social**, v. 20, n. 9, p. 197-208, 2023.

DESEN, M. A.; POLONIA, A. C. A. Família e desenvolvimento humano: uma perspectiva da psicologia bioecológica. **Paidéia**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

FONSECA, C.; RODRIGUES, T.; SILVA, M. **Infâncias e juventudes no Brasil: desafios e perspectivas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

GARRAFA, V. Da Bioética de princípios a uma Bioética interventiva. **Revista Bioética**, v. 13, p. 125-134, 2005a.

GARRAFA, V. Inclusão social no contexto político da Bioética. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 2, p. 122-32, 2005b.

GARRAFA, V. Bioética de intervención, dura sin perder la ternura - crítica, anti-hegemónica y militante. In: SARIEGO, J. R. A. (Ed.). **Bioética y Biopolítica**. Habana: Acuario, 2023. p. 88-112.

GARRAFA, V.; PORTO, D. Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção. **Mundo Saúde**, v. 26, n. 1, p. 6-15, 2002.

MACHADO, J. C. et al. Violência intrafamiliar e as estratégias de atuação da equipe de Saúde da Família. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 828-840, 2014.

NASCIMENTO, W. F. do; GARRAFA, V. Por uma vida não colonizada: diálogo entre Bioética de intervenção e colonialidade. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 287-299, 2011.

NASCIMENTO, L. C. N. et al. Theoretical saturation in qualitative research: an experience report in interview with schoolchildren. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 71, n. 1, p. 228-33, 2018.

PORTO, D.; GARRAFA, V. Bioética de intervenção: considerações sobre a economia de mercado. **Revista Bioética**, v. 13, n. 1, 2005.

REZENDE, K.; CAPPELLARI, H. C. L.; PAGANI, L. A. G. Children and adolescents in a situation of social vulnerability in Brazil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. e56101124587, 2022.

SANCHES, M. A.; MANNES, M.; CUNHA, T. R. da. Vulnerabilidade moral: leitura das exclusões no contexto da Bioética. **Revista Bioética**, v. 26, n. 1, p. 39-46, 2018.

SEBENELLO, D. C.; KLEBA, M. E.; KEITEL, L. Práticas de lazer e espaços públicos de convivência como potência protetiva na relação entre juventude e risco. **Revista Katálysis**, v. 19, n. 1, p. 53-63, 2016.

Resumo

Este estudo investigou como pessoas em diferentes ciclos de vida familiar constroem sentidos e significados éticos sobre vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Fundamentado na Bioética de Intervenção e no Interacionismo Simbólico, foram realizadas entrevistas com dezessete participantes residentes em territórios com alto Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), em uma cidade brasileira. Os resultados revelaram três categorias: percepção dos significados e influência do território sobre meio social; interação social com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social; e vulnerabilidade social observada a partir das experiências vividas no cotidiano. Discute-se que a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, não sendo apenas condição ontológica e individual, é socialmente reproduzida em interações familiares e territoriais que, no contexto do Sul Global, são atravessadas por hierarquias coloniais. Configuradas como relações de proteção e vulneração, essas interações evidenciam a necessidade ética de políticas públicas protetivas e libertadoras para crianças e adolescentes em territórios com alto IVS.

Palavras-chave:

estágios do ciclo de vida, vulnerabilidade social, família, interacionismo simbólico, bioética.

Children and Adolescents in Social Vulnerability: Perspectives from Intervention Bioethics and Symbolic Interactionism**Abstract**

This study investigated how people at different stages of family life construct ethical meanings and significance about the social vulnerability of children and adolescents. Based on Intervention Bioethics and Symbolic Interactionism, interviews were conducted with seventeen participants in territories with high Social Vulnerability Index (SVI) in a Brazilian city. Results revealed three categories: perception of meanings and territory influence on social environment; social interaction with vulnerable children and adolescents; and social vulnerability observed from daily experiences. It is argued that the vulnerability of children and adolescents, not being merely an ontological and individual condition, is socially reproduced in family and territorial interactions which, in the Global South context, are intersected by colonial hierarchies. Configured as protection and vulnerability relationships, these interactions highlight the ethical need for protective and liberating public policies for children and adolescents in territories with high SVI.

Keywords:

life cycle stages, social vulnerability, family, symbolic interactionism, bioethics.

Niños y Adolescentes en Vulnerabilidad Social: Perspectivas desde la Bioética de Intervención y el Interaccionismo Simbólico**Resumen**

Este estudio investigó cómo personas en diferentes etapas de vida familiar construyen sentidos y significados éticos sobre la vulnerabilidad social de niños y adolescentes. Fundamentado en la Bioética de Intervención y el Interaccionismo Simbólico, se realizaron entrevistas con diecisiete participantes en territorios con alto Índice de Vulnerabilidad Social (IVS) de una ciudad brasileña. Los resultados revelaron tres categorías: percepción de los significados e influencia del territorio sobre el medio social; interacción social con niños y adolescentes en vulnerabilidad social; y vulnerabilidad social observada desde las experiencias cotidianas. Se discute que la vulnerabilidad de niños y adolescentes, no siendo solo una condición ontológica e individual, es socialmente reproducida en interacciones familiares y territoriales que, en el contexto del Sur Global, son atravesadas por jerarquías coloniales. Configuradas como relaciones de protección y vulneración, estas interacciones evidencian la necesidad ética de políticas públicas protectivas y liberadoras para niños y adolescentes en territorios con alto IVS.

Palabras clave:

etapas del ciclo de vida, vulnerabilidad social, familia, interaccionismo simbólico, bioética.

DATA DE RECEBIMENTO: 30/5/2024

DATA DE APROVAÇÃO: 24/2/2025



Patrícia Alves Paiva

Mestre e Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros. Graduada em Enfermagem. Atua principalmente nas seguintes áreas: Famílias e vulnerabilidades; Saúde Coletiva; Enfermagem e Atenção Primária à Saúde.

E-mail: patriciaipaivaunimontes@gmail.com



Thiago Rocha da Cunha

Mestre e Doutor em Bioética pela Universidade de Brasília. Graduado em Biomedicina. Professor do Programa de Pós-Graduação em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor Visitante do Programa de Mestrado da Universidade Nacional de Córdoba.

E-mail: rocha.thiago@pucpr.br



Carla Silvana de Oliveira e Silva

Mestre e Doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo. Graduada em Enfermagem. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros.

E-mail: carlasosilva@ig.com.br



Yan Lucas Ferreira Martins

Graduando em Medicina pela Universidade Estadual de Montes Claros e em Tecnologia em Gestão em Saúde Pública pelo Centro Universitário Internacional.

E-mail: yan.lucas4094@gmail.com



Marcos Aurélio Trindade

Mestre em Bioética pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduando em Medicina Universidade Nove de Julho.

E-mail: marcos.trindade2014@gmail.com



Orlene Veloso Dias

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo. Graduada em Enfermagem. Professora do Programa de Pós-Graduação em Cuidado Primário em Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: orlenedias@yahoo.com.br



Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: perspectivas da Bioética de Intervenção e do Interacionismo Simbólico

Patrícia Alves Paiva

Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-6565-0587>

Thiago Rocha da Cunha

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-6330-2714>

Carla Silvana de Oliveira e Silva

Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-2752-1557>

Yan Lucas Ferreira Martins

Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-1275-7284>

Marcos Aurélio Trindade

Universidade Nove de Julho, São Paulo, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-1847-5066>

Orlene Veloso Dias

Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-9017-7875>